



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 9 DE NOVEMBRO DE 1999

Boa-tarde.

Acabei de ter uma reunião, de mais de uma hora, com a CPI da Câmara dos Deputados sobre o narcotráfico. Praticamente, todos os membros da CPI estiveram presentes. Fiz questão de recebê-los, acompanhado pelo Ministro da Justiça, o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência Aloysio Nunes, os Líderes do Governo, para que tivéssemos uma conversa aberta e franca sobre a questão do narcotráfico.

Em primeiro lugar, quero reiterar o que tenho dito a respeito da importância dessa CPI, que soube centrar seus objetivos em fato determinado e que tem prestado uma cooperação importante ao Brasil.

A matéria de que ela trata não pode ser resolvida unilateralmente, só pelo governo, só pelo Congresso, só pela Polícia, sem o apoio de todos. É uma questão que preocupa – e preocupa profundamente – o Brasil. Estamos vendo que a violência quase sempre está muito ligada à droga, e a droga está ligada ao narcotráfico. Isso vai num crescendo que o país

não suporta mais. É preciso tomar medidas eficazes para que se dê um basta a essa situação.

Tudo isso vem junto com a impunidade. O Ministro da Justiça acaba de criar um Núcleo Especial de Combate à Impunidade, para ativar os órgãos existentes para que eles possam, entrosando-se melhor, atuar mais diretamente contra a impunidade. E esse Núcleo Especial não é um núcleo para se sobrepor ou para substituir a CPI, mas para cooperar com a CPI e com outros órgãos mais.

Isso não quer dizer que possamos resolver essas questões sem que tenhamos também uma preocupação e um aprimoramento permanente das instituições regulares que se ocupam dessa matéria, notadamente a Polícia Federal, a Secretaria Nacional Antidrogas e, subsidiariamente, as Forças Armadas, por causa da questão do controle das fronteiras.

Temos enviado ao Congresso, desde meu primeiro mandato, uma série de leis que, neste momento, começam a permitir que haja uma ação mais eficaz. Ainda estamos esperando que o Congresso aprove alguns projetos de lei relativos à questão da quebra do sigilo bancário. Mas já houve leis aprovadas, como as leis que dão segurança às testemunhas. E graças a essas leis é que foi possível, agora, haver testemunhas tão veementes, que permitiram à CPI avançar no descortino dos caminhos ou dos descaminhos do narcotráfico.

Da mesma maneira, há algum tempo, aprovamos o Sivam, o Sistema de Vigilância da Amazônia, depois de muita luta, que é um instrumento importante também para o controle do tráfego aéreo. Foi possível organizar a Senad, que é a Secretaria Nacional Antidrogas. Estamos fazendo convênios para tornar mais ágil o controle de toda essa matéria, com vários governadores dos estados do Brasil.

Mas é evidente – e a CPI demonstrou isso claramente – que há um enraizamento muito maior do que qualquer um de nós poderia imaginar da questão do narcotráfico. Esse enraizamento alcança setores políticos, setores governamentais e setores do crime organizado. Por sorte, o que se viu, pelo menos até agora – e espero que continue assim –, são setores ainda limitados e que não atingiram as altas esferas nem do Poder Executivo, nem do Legislativo e nem do Judiciário.

Não obstante, há indícios que são preocupantes. Se não tivermos uma ação enérgica contra a impunidade, vamos assistir no Brasil a um crescimento dessas ondas de violência que são incompatíveis com um país que se quer democrático e que quer dar uma melhor condição de vida e de segurança à sua população.

Acredito que o trabalho que está sendo feito por essa CPI e o trabalho que o Governo vem desenvolvendo e, mais ainda, o trabalho da própria sociedade – os meios de comunicação têm um papel decisivo nisso, tanto no sentido de dar conhecimento, de criticar, como também de mostrar que o sensacionalismo pode levar apenas à reprodução de certos modelos de criminalidade que não nos interessam –, esse trabalho conjunto é que vai permitir que o Brasil possa ter um nível de decência e segurança maior.

Não há brasileiro, não há brasileira, hoje, que não tenha a preocupação, o medo por causa da segurança. Não há também um brasileiro ou uma brasileira que não tenha revolta, não sinta revolta, como eu sinto, pela impunidade, pela dificuldade que existe para que se coloque na cadeia aqueles que são, realmente, os responsáveis, ou pela violência ou por esses atos ilícitos, notadamente no caso do narcotráfico.

Temos que fazer uma verdadeira cruzada, um combate constante contra a impunidade para que possamos avançar. E é preciso criar, de forma inovadora, instrumentos, como alguns que mencionei, como a questão da lei que assegura garantia às testemunhas, para que possamos avançar mais.

É preciso, quem sabe, começar a pensar até mesmo no Juizado de Instrução, ou seja, que desde o início de um processo estejam o procurador, o Ministério Público, esteja alguém das polícias, desde o início, atuando em conjunto com o juiz, para que possamos ter a certeza de que o processo não vai ser anulado amanhã, por alguma falha técnica.

Questões dessa natureza – que eu não estou propondo – que são difíceis de dirimir, se são assim ou não, têm que ser debatidas, porque não podemos continuar assistindo, sem agir com mais energia, contra o crime organizado e essa insegurança que há no Brasil. Estamos todos aqui unidos, no caso, o Congresso Nacional, o Poder Executivo – espero que o conjunto da população – para que possamos avançar mais.

Muito obrigado.